

EDUCAÇÃO E IDEALISMO

“EU AMO MINHA TAREFA COMO EDUCADOR/A!!!”

Ivo Tonet*

Introdução

Se perguntarmos a milhares de educadores qual o sentido do seu trabalho a resposta terá, provavelmente, três aspectos mais importantes. Primeiro: que se trata de um ganha-pão, um emprego, um salário, que lhes permita adquirir bens necessários à satisfação das suas necessidades. Segundo: que se trata de uma realização pessoal, uma atividade que lhe dá prazer, que é exercida com amor e com a qual ele se sente satisfeito, não obstante todas as dificuldades. Isto, pelo menos, para aqueles que escolheram essa profissão com esse objetivo. Terceiro: que se trata de uma contribuição social, isto é, de contribuir para a formação – profissional, ética, cívica, participativa, crítica, etc – dos educandos e, com isso, para a construção de uma sociedade melhor.

Se examinarmos a realidade cotidiana desses educadores, constataremos que a ampla maioria trabalha em condições muito difíceis. Baixos salários, condições de trabalho precárias (transporte, infraestrutura, materiais, etc.) e estressantes, muito tempo de trabalho, sem tempo para seu próprio aperfeiçoamento e lazer, com muita possibilidade de adoecimento, enfrentando, muitas vezes, situações adversas no desenvolvimento do seu trabalho.

Apesar de todas essas condições adversas, a ampla maioria faz o seu trabalho com enorme dedicação, procurando dar o melhor de si na convicção de que, além de ter um ganha-pão e de desfrutar de realização pessoal, também está exercendo uma tarefa social de grande importância.

Que a profissão de educador, como qualquer outra, tenha o sentido de um ganha-pão, é óbvio. Que isto seja natural e eterno, não tem nada de óbvio, nem de natural e eterno.

Que essa atividade educativa, como muitas outras atividades profissionais, permita algum tipo de realização pessoal, embora de formas muito diferentes e com enormes limitações, também é revestido de um caráter natural e eterno. Isto também não tem nada de óbvio, nem de natural e eterno.

Que o trabalho dos educadores tenha um relevante sentido social não há a menor dúvida. Mas, qual a natureza desse sentido social, já não é nada óbvio.

Nosso objetivo, nesse texto, é refletir sobre a natureza atual do sentido da atividade educativa. Especialmente sobre a intenção e o gesto, isto é, entre o que os educadores intencionam e o que acontece na realidade.

A Constituição Brasileira, expressando, de alguma forma, um pensamento universal, no seu Artigo 205, diz o seguinte: “A educação (...) será promovida (...) visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

* Professor de Filosofia da Universidade Federal de Alagoas. Doutor em Educação. Site: ivotonet.xp3.biz

Não estaremos muito longe da realidade se afirmarmos que a maioria dos educadores concorda, de alguma maneira, com o que está escrito na Constituição. E, além do mais, considera que estes objetivos conferem à atividade educativa um sentido profundamente nobre e positivo.

Desse modo, como não sentir uma certa satisfação ao realizar uma tarefa com objetivos tão importantes? E isto, apesar de todas as dificuldades enfrentadas!

A realidade, porém, é muito mais cruel.

Desenvolvimento pleno da pessoa, cidadania e qualificação para o trabalho não são categorias óbvias e unívocas. Seu sentido mais profundo não aparece à primeira vista. O que se esconde por trás dessas belas palavras? E por que se esconde?

Vamos, então, refletir sobre o sentido delas e sobre o sentido da atividade educativa na sociedade na qual nos encontramos, buscando trazer à luz o sentido oculto, o solo social que o produz e os interesses sociais a ele conectados.

Antes disso, porém, vamos deixar claro que estamos nos referindo à sociedade capitalista. Que ela é histórica, isto é, surgiu em determinado momento e poderá ser superada. Que nela existem classes, entre as quais, as principais são a burguesia e o proletariado. Que estas classes têm objetivos radicalmente diferentes. Isto é um dado da realidade não uma invenção malévola dos marxistas. Estes dados tem que ser levados em conta, sob o risco de, em caso contrário, falsear toda a reflexão. Nesse sentido, algumas perguntas iniciais são imperativas. Esta forma de sociabilidade – capitalista – é a melhor possível? Há alguma relação da atividade educativa com as classes sociais? Se há, qual é? Qual a natureza específica e a função social da educação? Quem estabelece os fins essenciais da educação? Como isto se efetiva na sociedade capitalista? Qual o papel do Estado nesse processo? Qual o papel do educador? Essas e outras são questões fundamentais, mas complexas. Elas comparecerão ao longo do nosso texto, mas nem por sombra pretendemos tratar qualquer uma delas com a devida profundidade. Adentrarão à nossa exposição apenas na medida da necessidade de desvelar a relação entre o sentido aparente e o sentido oculto da atividade educativa.

1. Desenvolvimento pleno da pessoa

O que é e como se forma uma pessoa humana, no sentido mais geral?

Para responder a essa pergunta, temos que começar...do começo. O começo é lá onde tem início a existência de um novo tipo de ser que é o ser social, humano. Então, a primeira pergunta é: o que é o ser social? Qual a sua origem e qual a sua natureza essencial? Isto nos remete à passagem do ser natural, nas suas formas orgânicas mais complexas, ao ser social, portanto, a um novo tipo de ser. Excluída qualquer intervenção externa ao ser (criação divina), o que se pode constatar, seguindo a trilha da evolução, é que em determinado momento (largo período) uma certa espécie animal começou a transformar a natureza não de forma instintiva, mas intencional. Vale dizer, começou a trabalhar de uma forma que nunca tinha sido feita antes. E, ao transformar a natureza, se transformava a si mesma. As maneiras de transformar a natureza variam porque, ao longo do tempo, há um acúmulo de conhecimentos, habilidades, técnicas e instrumentos que possibilitam ampliar cada vez mais a realidade social, tanto objetiva como subjetivamente. Desse modo, o trabalho, em formas diversas, permanece sempre como o

fundamento de qualquer forma de sociabilidade (modo de produção). Assim, o trabalho de coleta dos frutos da natureza funda o modo de produção primitivo, o trabalho escravo funda o modo de produção escravista, o trabalho servil funda o modo de produção feudal e o trabalho assalariado funda o modo de produção capitalista.

Todavia, embora o trabalho seja o fundamento da realidade social, não esgota essa realidade. Como exigência do próprio trabalho ou como necessidade de enfrentamento de novos problemas surgidos com a complexificação da sociedade, surgem outras dimensões da atividade social. Cada uma delas tem uma origem, uma natureza e uma função social diferentes. Assim, surgiram a linguagem, a socialidade, a arte, a educação, a religião, a ciência, o Direito, a política, a filosofia, etc. Todas elas têm sua origem a partir do trabalho, mas sua função social já não é transformar a natureza, mas mediar as relações entre os próprios seres humanos. Daí porque todas elas têm uma autonomia, embora relativa, em relação ao trabalho. E se, agora, considerarmos todas as dimensões da atividade humana, aí incluído o trabalho, veremos que há, entre todas elas, uma determinação recíproca, vale dizer, a concretude de cada uma se faz em uma processualidade em que todas se influenciam mutuamente.

O exame da natureza essencial do trabalho nos permite perceber que o ser social se compõe de dois momentos essenciais: o momento da singularidade – o indivíduo – e o momento da universalidade – o gênero. Entre esses dois momentos sempre haverá uma determinação recíproca, isto é, indivíduo e gênero se constroem ao mesmo tempo. As produções dos indivíduos, quer singulares, quer grupais, se tornarão patrimônio comum e, ao mesmo tempo, os indivíduos se tornarão membros do gênero humano ao apropriar-se desse patrimônio comum. Vale esclarecer que não há uma simetria entre indivíduo e gênero, no seu desenvolvimento, pois o gênero, como momento da totalidade, põe o campo de possibilidades dentro do qual e a partir do qual se desenvolvem os indivíduos.

Isto nos mostra, em síntese, como se dá o desenvolvimento humano. De um lado, a riqueza genérica é produzida pelos indivíduos que, enfatize-se, sempre já estão imersos, de alguma forma, na totalidade social. De outro lado, cada ser singular que adentra à sociedade, não vem com um código genético que lhe permita, instintivamente, como no caso dos animais, agir de uma forma pré-determinada. Para que este ser singular, que tem a potencialidade de ser tornar humano, se torne efetivamente humano, deve imperiosamente apropriar-se do patrimônio comum, tanto material como espiritual (cultural, intelectual). Em princípio, o processo histórico é todo esse movimento através do qual tanto o gênero quanto os indivíduos se tornarão cada vez mais ricos, isto é, mais complexos. Vale notar que a entrada em cena da propriedade privada confere a esse processo uma configuração específica e profundamente diferente daquela de uma forma de sociabilidade onde ela não existe. A divisão social do trabalho fará com que essa apropriação seja, além de profundamente diferente, também alienada¹.

Em suma, desenvolvimento da pessoa humana implica, inescapavelmente, a apropriação da riqueza – material e espiritual – que constitui patrimônio comum e da qual os indivíduos necessitam para se tornarem membros do gênero humano. Este processo, evidentemente, tomará uma forma concreta em cada momento e lugar históricos. Vale enfatizar: a forma do trabalho é que determinará, em última instância, o acesso que os indivíduos terão à riqueza do patrimônio humano. Desse modo, a forma concreta da sociabilidade e, em especial, a forma concreta do trabalho, nos permitirão compreender como se efetiva o desenvolvimento da pessoa humana.

¹ Para uma noção sucinta, mas essencial, de alienação, ver *A Ideologia Alemã*, de K. Marx, 2009, p. 48-49.

É importante lembrar que a noção tradicional de desenvolvimento da pessoa humana é profundamente deformada por causa de seu viés idealista². Esta deformação se deveu, e ainda se deve, ao fato de que ela privilegia o espírito sobre a matéria. Por sua vez, este privilégio se deve ao fato de que a divisão social do trabalho – escravos e senhores, servos e nobres, trabalhadores assalariados e capitalistas – leva a considerar o espírito a parte verdadeiramente nobre do ser humano. Desse modo, o verdadeiro desenvolvimento da pessoa humana sempre privilegia a parte espiritual, mesmo quando faz alguma referência à parte corporal.

Se examinarmos a sociedade na qual vivemos, veremos que seu fundamento, a forma do trabalho (assalariado), implica a exploração do trabalho pelo capital. Isso significa que quem produz a riqueza material, da qual todos vivem, são os trabalhadores ao passo que quem é proprietário dos meios de produção e, por isso, se apropria da maior parte dessa riqueza, é aquele que nada produz. A riqueza espiritual, por sua vez, ou é produzida por aqueles que, não precisando trabalhar, tem tempo disponível para isso ou por aqueles que, vendendo sua força de trabalho, encontram tempo para dedicar-se a essas tarefas. Todavia, o acesso à riqueza, material e espiritual, que hoje constitui o patrimônio da humanidade, é amplamente impedido, para os trabalhadores, em última instância, exatamente pela forma de trabalho que matriza essa sociedade³.

Como se pode ver, a maneira como isso é escrito na Constituição Brasileira pressupõe que a pessoa humana possa se desenvolver plenamente, mesmo que de modo processual, nessa sociedade, capitalista, onde sua base material, o trabalho assalariado implica a exploração e a alienação e, portanto, um impedimento absoluto ao pleno desenvolvimento do ser humano. Pleno desenvolvimento da pessoa humana só será possível onde não houver nenhuma forma de exploração e de opressão de um ser humano pelo outro. E isso só será possibilitado por uma forma de trabalho na qual todos, os que têm possibilidades e capacidades, coloquem suas forças em comum e na qual a produção, em quantidade e qualidade, e organizada pelos próprios trabalhadores, esteja voltada ao atendimento das necessidades humanas e não ao lucro e ao enriquecimento de uma minoria. Portanto, desenvolvimento efetivo da pessoa humana só será possível com a destruição total do sistema capitalista e com a construção de uma sociedade comunista⁴.

2. Cidadania e democracia

Para além do discurso mistificador, vejamos o que a realidade nos diz sobre o que são a cidadania e a democracia.

Essas são palavras mágicas, que parecem expressar não só a melhor, mas também, a última forma de convivência social que a humanidade já produziu. Para muitos educadores, cidadania e democracia são simplesmente sinônimos de liberdade. Quando muito, querendo diferenciar-se da concepção liberal, agregam a esses substantivos, os adjetivos: crítica, ativa, participativa, etc. Os indivíduos cidadãos e democratas, portadores desses últimos adjetivos, seriam pessoas que percebem e

² Idealismo, em sentido filosófico, significa a prioridade do espírito, das ideias, sobre a matéria, a realidade objetiva. Para exemplificar: se as pessoas tiverem ideias de paz, de fraternidade, o mundo será pacífico e fraterno.

³ A esse respeito, ver: *Manuscritos Econômico-Filosóficos e Trabalho Assalariado e Capital*, de K. Marx

⁴ Uma breve introdução ao que é comunismo (socialismo) pode ser encontrada em: *Sobre o socialismo*, de I. Tonet. Também vale a leitura do cap. 3 do livro *Educação, cidadania e emancipação humana*, do mesmo autor.

criticam as mais diversas expressões dos problemas dessa sociedade e buscam uma participação ativa no sentido de contribuir para o aperfeiçoamento dessa forma de sociabilidade. Aqui reside o fundo do problema: assume-se, mesmo que implicitamente, que essa é a melhor forma possível de sociedade, ainda que tenha inúmeros defeitos e limitações. Trata-se, então, de aperfeiçoá-la através de uma participação crítica, ativa e democrática em um processo indefinidamente aberto.

Para além dessas idealizações, o que são, de fato, cidadania e democracia?

Vale a pena começar com uma citação que expressa o conceito mais comum de cidadania. Em seu livro, *História da Cidadania*, Jaime e Carla Pinski afirmam (2003, p. 9):

Afinal, o que é ser cidadão?

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino de sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais.

Para além de uma afirmação absurda (salário justo!), tudo isso contém alguma verdade, mas apenas uma parte da verdade. A parte mais importante está oculta. Se não, vejamos.

Vimos, antes, que o ato que funda a sociedade capitalista é o trabalho assalariado. Através dele, dois sujeitos – o detentor de capital e o possuidor de força de trabalho – celebram um contrato que estabelecerá a base para essa nova forma de sociedade. A celebração desse contrato exige que os dois sujeitos, – que representam o conjunto dos indivíduos, – tenham três qualidades sem as quais não surge o capitalismo. Ambos devem ser livres, proprietários e iguais. Livres para comprar e vender, proprietários de alguma mercadoria e iguais por trocarem de equivalentes. É exatamente o que capitalista e trabalhador são.

Ora, por sua natureza, este ato atribui a esses dois sujeitos – o trabalhador e o capitalista – o direito (não no sentido jurídico, mas de que brota da própria realidade e só depois é juridicamente sacramentado) de buscar a satisfação dos seus interesses particulares. Cada um lutará para ampliar o seu território, conquistando, ampliando, melhorando a sua situação. Os trabalhadores buscarão vender a sua mercadoria – força de trabalho – pelo melhor preço possível (direta ou indiretamente), conquistando direitos que serão inscritos no ordenamento jurídico e garantidos pelo Estado. Do mesmo modo procederão os capitalistas, buscando comprar essa mercadoria pelo menor preço possível, direta ou indiretamente. A história dos direitos – civis, políticos e sociais – é, no fim das contas, a história da luta entre capital e trabalho, vale dizer, a história da constituição da cidadania. Mas, não é nada à toa que o direito mais importante, o único considerado sagrado e inviolável na *Declaração dos Direitos do Homem*, de 1789, Art. 17, seja o direito de propriedade. Ora, a propriedade privada, por sua natureza, implica a desigualdade social.

Como se pode perceber, sob o manto da cidadania, o capitalista continua capitalista, isto é, explorador e o trabalhador continua trabalhador, isto é, explorado. Ou seja, a desigualdade social, implicada nessa relação, não desaparece pelo fato de todos serem cidadãos. Ela é apenas camuflada. A igualdade formal é apenas o outro lado da moeda constituída pela desigualdade real. A cidadania despe os indivíduos da sua realidade concreta e os iguala na abstração. Não é preciso dizer que o exercício concreto da cidadania é demarcado e subsumido à desigualdade social expressa pela propriedade privada.

Esta situação é um progresso em relação à situação do escravismo e do feudalismo? Inegavelmente. Mas, por mais que seja aperfeiçoada e ampliada, jamais levará à eliminação da desigualdade social. Em síntese: a cidadania é uma expressão e, ao mesmo tempo, uma condição de reprodução, e não de superação, da desigualdade social.

Vejamos agora o que é democracia.

Partindo do mesmo ato de trabalho anteriormente examinado, podemos perceber que ele dá origem a classes sociais cujos interesses são ou radicalmente antagônicos ou profundamente diferentes. As classes mais fundamentais são a burguesia e o proletariado. É visível que há lutas entre essas duas classes. Também é visível que há lutas entre os próprios capitalistas, pois cada um busca os seus próprios interesses. Do mesmo modo, também é visível que há lutas no seio dos trabalhadores, pois o universo deles também é heterogêneo, implicando interesses particulares de cada segmento. Isto significa que a sociedade burguesa implica, por sua própria natureza, a concorrência entre os vários grupos que a compõem. E implica a luta pela satisfação de interesses particulares, como vimos antes.

Ora, para que essa sociedade possa funcionar, a concorrência geral precisa ser, de alguma forma, delimitada. Essa guerra de todos contra todos, isenta de qualquer delimitação, impediria o funcionamento da sociedade. Para estabelecer esses limites é que surgiu o Estado moderno e, ao longo do processo, o sistema democrático. Um conjunto de instituições e normas jurídico-políticas, resultantes da luta entre capital e trabalho e da concorrência generalizada e cuja função social essencial é permitir a melhor reprodução possível dos interesses do capital e, portanto, a continuidade da exploração dos trabalhadores. Desse modo, a democracia burguesa pressupõe, por sua própria natureza, a desigualdade social e a concorrência universal. E ela encontra seus limites insuperáveis na dinâmica do capital. Por isso mesmo, ela pode ser mais ampla ou mais restrita, mais sólida ou mais frágil, dependendo do processo de reprodução do capital, das lutas entre as classes e dos lugares onde isso acontece. É por isso, também, que o oposto da democracia não é a ditadura. Ambas são apenas momentos da reprodução do capital. Em momentos ou lugares mais estáveis, democracia, em momentos de crise aguda, ditadura.

Ao contrário do que muitos pensam, portanto, a democracia não é um valor universal e nem é um sistema que possa ser indefinidamente aperfeiçoado. A democracia moderna é necessariamente particular, pois é a forma política que expressa e defende os interesses da burguesia. Nela os capitalistas entram como capitalistas, isto é, como detentores dos meios de produção e como exploradores e os trabalhadores como trabalhadores assalariados, isto é, como possuidores apenas da sua força de trabalho e como explorados. Não é preciso ser muito arguto para perceber que aqueles que dominam os meios de produção e se apropriam da maior parte da riqueza são os que também dominam o processo democrático.

O sistema democrático é melhor do que os sistemas escravista e feudal? Inegavelmente. Todavia, isto não significa que ele seja a melhor forma de convivência social, junto com a cidadania, que a humanidade pode construir. Por mais que seja aperfeiçoado, ele jamais possibilitará a eliminação da desigualdade social, da exploração dos trabalhadores pelo capital. Mudarão as formas, mas não mudará o conteúdo essencial. Em resumo, a democracia é a melhor forma de ocultar, especialmente aos olhos dos trabalhadores, o processo de exploração, induzindo-os a acreditar que, com esforço e dedicação, terão uma vida cada vez melhor.

Se não bastassem esses argumentos quanto à limitação essencial da democracia, seria também oportuno observar o processo histórico. Sabemos que as crises periódicas, cada vez mais graves, fazem parte da natureza do sistema capitalista. Ora, quanto mais grave a crise, mais a burguesia lançará mão de

todos os meios, inclusive os mais violentos, para preservar os seus interesses. É exatamente o que está acontecendo nesse momento e que tenderá a se agravar. Por isso mesmo, a democracia verá seu funcionamento cada vez mais restrito⁵.

Desse modo, a respeito da democracia burguesa, também podemos afirmar o mesmo que expressamos acima acerca da cidadania. A democracia é uma expressão e, ao mesmo tempo, uma condição de reprodução da desigualdade social.

3. O que é trabalho

Mergulhados como estamos em um sistema que naturaliza todas as relações sociais, tendemos a definir trabalho como alguma forma de emprego. Mais ainda: tendemos a imaginar que é natural que exista trabalho assalariado, que existam profissões, que alguns se ocupem diretamente do processo de produção e outros organizem e comandem esse processo.

Desde a mais tenra idade somos levados a introjetar a ideia de que devemos nos preparar para ter uma profissão que nos permita ganhar dinheiro e suprir o melhor possível as nossas necessidades e desejos. Quando desconhecemos como funciona essa sociedade, como se dá o processo de exploração, como são produzidas a riqueza e a pobreza, tendemos a achar que, de modo geral, riqueza e pobreza, sucesso ou insucesso dependem do esforço e da dedicação de cada um.

Mas, o que é mesmo trabalho na sociedade capitalista? Como vimos, essa sociedade tem como fundamento o trabalho assalariado. Ora, este implica, de um lado, o detentor dos meios de produção (fábricas, terras, bancos, lojas, etc) e do capital e, de outro lado, o possuidor apenas de força de trabalho. Força de trabalho é, em princípio, uma mercadoria como qualquer outra, isto é, é algo que tem um determinado custo de produção e que precisa ser vendida a alguém que esteja interessado em comprá-la, o capitalista. Para sorte do capitalista e azar do trabalhador, esta mercadoria é a única que, ao ser posta em ação, produz mais valor do que ela custa para ser produzida. Pode-se ver isso quando se examina o processo concreto de trabalho. Tendo sido contratado para trabalhar durante, suponhamos, oito horas por dia, o trabalhador produz muito mais mercadorias do que aquelas que seriam necessárias para pagar o seu salário. Este muito mais se chama mais-valia ou mais-valor e, por direito do contrato de trabalho, pertence ao capitalista. Está aí o processo de exploração do trabalho pelo capital. Está aí, essencialmente, a origem da pobreza da maioria e da riqueza da minoria.

No entanto, como em todo trabalho assalariado, a exploração, na atividade educativa, não aparece imediatamente. Ela é ocultada por uma aparência que lhe confere um caráter de naturalidade. De modo geral, o trabalhador acredita que o salário que recebe é o pagamento pelo seu trabalho. Também de modo geral, ele sente, mas não compreende o processo de exploração. Além disso, esta profissão é recoberta por uma aura de sacralidade, de dedicação, de missão que, mesmo pouco valorizada, à exceção de alguns países, ainda é vista como algo especial, que está para além de “mesquinhas” mercantis. Por lidar não apenas com seres humanos, mas com a formação desses seres, o educador se sente investido de uma tarefa toda especial.

⁵ A esse respeito ler: *O Fim da Democracia Burguesa*, de I. Tonet

Despido dessa aura especial, o educador não passa de uma mercadoria a ser vendida no mercado, com todas as consequências que isso acarreta. Em resumidas contas, isto é “qualificar para o trabalho”. Que esta venda da força de trabalho seja feita a alguma empresa privada de educação ou ao poder público (Estado), faz muita diferença para uma análise concreta da situação. Todavia, não invalida o fato de que todos os que vendem a sua força de trabalho são explorados, embora de formas diferentes.

É claro que é do maior interesse dos que enriquecem às custas dessa exploração que os educadores acreditem na nobreza e no caráter especial de sua atividade e não percebam o processo de exploração a que estão submetidos.

4. Buscando entender essa situação

Não é muito difícil entender esse comportamento da ampla maioria dos educadores. Diversos elementos concorrem para isso. Em primeiro lugar, a própria lógica de reprodução do capital. Como vimos, essa lógica se apresenta como se aquilo que aparece na imediatividade fosse a totalidade da realidade, ocultando o processo de exploração e de alienação. Além disso, e com a colaboração da ideologia, confere a essa situação, ainda mais quando revestida do caráter democrático-cidadão, um caráter de naturalidade e de que ela seria a melhor forma possível de convivência social. Apesar de admitir inúmeros defeitos, ela aparece como uma forma historicamente aberta, passível de aperfeiçoamento constante.

Em segundo lugar, e fundada no anterior, a vida cotidiana. Mergulhados em uma vida cotidiana em condições estressantes (baixos salários, crescentes controles, exigências e cobranças burocráticas, pouco ou quase nenhum estímulo, infraestrutura precária, longo tempo de trabalho, etc.) pouco ou nenhum tempo sobra para seu aperfeiçoamento e muito menos para uma reflexão realmente crítica a respeito do sentido da sua atividade. Na verdade, vive-se para trabalhar e não se trabalha para viver!

Em terceiro lugar, a sua própria formação como educador. Desde a mais tenra idade as pessoas estão imersas nessa sociedade e lhes são introjetadas aquelas ideias acima mencionadas de qualificação profissional, de cidadania, de democracia, de busca de um lugar ao sol no interior dessa sociedade. De que esta sociedade, apesar de todos os defeitos, é a melhor possível e, portanto cabe aperfeiçoá-la. Além disso, também são introjetados os valores morais (entre os quais, o respeito à propriedade privada é o mais sagrado) e, muito provavelmente, os religiosos, considerados os mais adequados e que devem ser observados para a convivência social. Vale dizer, desde a mais tenra idade, a cabeça das pessoas é, na verdade, deformada, pois lhes é impedida a compreensão do mundo como ele realmente é. Por sua vez, a educação formal, escolar, aumenta essa deformação conferindo-lhe um caráter de sistematização. Ao chegar à universidade, que será o “locus” mais apropriado para a formação dos educadores, o futuro educador já se encontrará enquadrado em um sistema que aprofunda essa deformação através do idealismo, do irracionalismo, do pós-modernismo, do conservadorismo, e do reformismo. O conjunto de saberes – das Ciências Humanas e das Teorias Pedagógicas – que confluem para a formação dos futuros educadores nada mais faz, de modo geral e amplamente predominante, do que introjetar mais profundamente as ideias acima mencionadas. Com isso, a ampla maioria dos educadores, embora sendo, de fato, composta de trabalhadores assalariados, não assume essa posição,

considerando-se, antes, como alguém que faz parte de uma categoria “especial”, os “educadores”, aqueles que, afinal, formam todos os outros. Desse modo, incorporam a ideia de que formar educadores é, essencialmente “contribuir para o pleno desenvolvimento da pessoa”, “formar para o exercício da cidadania” e “qualificar para o trabalho”.

Em quarto lugar, o rebaixamento, resultado de um complexo e longo processo histórico – teórico e prático – da perspectiva revolucionária, isto é, de uma superação radical do capitalismo e da instauração de um sistema social comunista e a emergência de um horizonte conservador (esta é a melhor forma de sociedade possível) ou reformista, vale dizer, a crença de que o aperfeiçoamento desta ordem social a tornará cada vez melhor. Juntamente com isso, um longo processo em que a tônica das lutas sociais foi marcada pela obtenção de ganhos imediatos e parciais. Acrescente-se a isso o desmoronamento dos sistemas ditos socialistas, que, bem ou mal, colocavam no horizonte o socialismo, a emergência do chamado neoliberalismo, as transformações econômicas no âmbito do processo de trabalho, levando a enormes mudanças e à fragmentação no interior do conjunto dos trabalhadores, a uma exacerbação do individualismo e a inúmeras outras consequências danosas para o universo do trabalho.

Como resultado de tudo isso, a ampla maioria dos educadores está em uma situação muito parecida com a famosa “Caverna de Platão”. Não vê o mundo real – o mundo da propriedade privada, das classes sociais, das lutas de classes, da exploração e da opressão, da desigualdade social, do processo concreto de geração da riqueza e da pobreza, mas apenas o mundo que sua formação lhes permite ver, isto é, o da sociedade em geral, da educação em geral, da formação humana em geral, dos problemas imediatos, do Estado como responsável pelo bem comum, da naturalidade dessas relações sociais, etc. Certamente, a formação que receberam também inclui o reconhecimento de deficiências, de problemas e da importância de fazer críticas tópicas a essa sociedade. Mas, isto é visto como parte do exercício da cidadania e da democracia.

O que passa longe dessa formação é a compreensão da sociedade como um processo histórico, da existência, da natureza e das consequências da propriedade privada, da existência, da natureza e da importância das classes sociais, da luta entre as classes e de seu peso na história, da origem, dos fundamentos e da natureza específica do capitalismo, das contradições que perpassam essa sociedade, dos interesses radicalmente diferentes das duas classes fundamentais – a burguesia e o proletariado, – dos diferentes projetos societários dessas classes e suas consequências para a vida social e, em especial, para a educação, da possibilidade e da necessidade de superação integral dessa sociedade e da instauração de outra forma de sociabilidade muito superior. Essas e outras questões não fazem parte, de modo geral, do conteúdo da formação dos educadores.

Além disso, essa formação, junto com todos os outros momentos da vida social, passa aos educadores a ideia de que são eles os efetivos responsáveis pela educação. Imediatamente, isto é até verdade, pois, afinal, são eles que operacionalizam diretamente o processo educativo. Além do mais, embora um pouco mais de longe, também é bastante perceptível que, em nível mais geral, é o Estado que organiza a educação. O que fica oculto é que os fins mais gerais e essenciais da educação, aqueles que parametram todo o processo educativo, nem são estabelecidos pelo Estado e muito menos pelos próprios educadores. Esses fins são postos pelo capital. É sua dinâmica que molda, fundamentalmente, o processo educativo. E, como vimos, para o capital os fins mais importantes são: formar para o trabalho (uma mercadoria para ser explorada), para a cidadania/democracia (aceitação para viver nessa sociedade) e para a direção da sociedade (os donos dos meios de produção e seus servidores diretos).

Uma conclusão nada agradável emerge dessa análise. Toda a dedicação, todo o esforço, toda uma vida devotada a uma tarefa que é vista como uma contribuição para uma formação realmente humana, para a construção de um mundo cada vez melhor contribui, de maneira preponderante, para reproduzir um sistema social cada vez mais perverso e desumano. Isto, de modo nenhum inviabiliza o reconhecimento de que de um ponto de vista geral, uma atividade educativa que permita aos educandos o acesso, ainda que sob o signo da fragmentação e de inúmeras distorções, ao atual patrimônio humano cognitivo, tecnológico e estético constitui a base para a emancipação humana. Esta base terá que ser, certamente, profundamente criticada, reformulada e elevada a um novo patamar, mas não se pode prescindir dela. Além disso, também não exclui o fato de que, considerando as coisas do ponto de vista da vida de indivíduos singulares, pode haver, e certamente houve e haverá, contribuições positivas. Todavia, sabemos que a realização – em termos efetivamente humanos – dos indivíduos singulares encontra, nesse sistema social, barreiras insuperáveis.

Dentre os milhares de educandos que passarão pelas mãos dos educadores, quantos se engajarão efetivamente nas lutas não para a construção de um mundo simplesmente mais justo, mais livre, mais humano, mas, por um mundo simples e verdadeiramente livre, justo e humano, isto é, sem nenhum tipo de exploração e de opressão de um ser humano pelo outro, onde não haja desigualdade social nenhuma, onde se trabalhe para viver e não se viva para trabalhar, onde se trabalhe pouco e se tenha muito tempo realmente livre, onde TODOS tenham acesso à riqueza material e espiritual que constitui o patrimônio do gênero humano, enfim, por um mundo comunista? Somente pelas virtudes da educação, não muitos, infelizmente. Não devemos esquecer, contudo, que a formação de pessoas que se disponham a lutar pela emancipação humana não se dá, prioritariamente, através da educação formal. Nesse sentido, as lutas concretas, fora do âmbito escolar, são muito mais decisivas.

Significaria isso, então, que a educação é, na sua totalidade, um simples instrumento de reprodução do capitalismo? Que não há nada a fazer no sentido de contribuir para a construção de uma sociedade autenticamente humana? Nossa posição situa-se a meio caminho entre aqueles que sustentam que a educação tem um caráter exclusivamente reprodutor das relações sociais capitalistas e aqueles que defendem a possibilidade de que a educação possa ser posta a serviço dos interesses mais essenciais dos trabalhadores. Já expusemos nossas ideias em vários textos, especialmente no texto intitulado *Atividades Educativas Emancipadoras*. Aproveitaremos, aqui, para precisar a nossa posição, para deixar claras as diferenças com as duas posições anteriores.

5. O que fazer diante disso?

Se você é um trabalhador assalariado da educação, então você é explorado. E a imensa maioria daqueles que você formar também será explorada. Como já vimos, uma formação plena da pessoa humana implica, necessariamente, a superação radical de toda forma de exploração de um ser humano pelo outro. E a superação radical da exploração só pode ser realizada na medida em que se construir uma sociedade plenamente emancipada, isto é, comunista. Como, então, contribuir, através da atividade educativa, para esse objetivo.

O primeiro passo é o próprio educador tomar consciência desse processo. Não bastam a boa vontade, o esforço, a dedicação nas suas atividades educativas. Já sabemos que de boas intenções...É

necessário um conhecimento científico da realidade, isto é, como ela de fato é. Isto implica, pelo menos em linhas gerais e essenciais, o conhecimento do processo histórico desde os seus primórdios e, de modo especial, o surgimento da propriedade privada e do Estado. Este conhecimento é de fundamental importância para se poder fundamentar a convicção de que somos nós, e exclusivamente nós, que fazemos a nossa história e que, por isso mesmo, este sistema – capitalista – nem é resultado de uma natureza humana pretensamente egoísta, nem é eterno e nem a melhor forma possível de convivência social; ele pode ser superado. Este conhecimento também implica a compreensão da natureza do capitalismo; de como se geram a riqueza e a pobreza nessa sociedade; da radical oposição entre trabalho e capital; da grave crise que a humanidade atravessa por obra e graça do capital. Além disso, também implica o conhecimento, sólida e racionalmente fundado, da possibilidade e da necessidade de superação desse sistema social e da construção de uma sociedade comunista; da necessidade de que os próprios trabalhadores assumam a tarefa da sua libertação e que não a esperem de nenhum salvador e de nenhum Estado.

Todo este conhecimento, por sua vez, só pode ser adquirido na medida em que haja uma apropriação da concepção de mundo histórico-materialista e do método científico cujos fundamentos foram elaborados por K. Marx. Esta concepção de mundo e este método de produzir conhecimento nasceram das demandas da própria classe trabalhadora e por isso mesmo são o que melhor permite compreender a realidade social e fundamentar e orientar as lutas dos trabalhadores pela transformação radical da sociedade.

Além disso, também é de fundamental importância compreender a origem, a natureza específica e a função social da dimensão educativa. Isto permitirá superar a ilusão de que a educação é o instrumento mais importante para a construção de uma sociedade cada vez mais humana. Infelizmente para os trabalhadores, a educação é dominada pela burguesia. É o capital que estabelece os fins fundamentais da educação, como já vimos acima. É o Estado, a serviço do capital, que organiza todo o campo da educação. Por sua vez, a formação dos educadores já é, em amplíssima medida, perspectivada pelos interesses da burguesia, tanto na sua forma de organização como nos seus conteúdos. Isto, no entanto, não é dito abertamente. Pelo contrário, é apresentado como sendo a sua forma natural.

Como se pode ver ao examinar qualquer currículo, o conhecimento é marcado por um forte caráter idealista, fragmentado, mercantilizado. Desse modo, e por toda a ideologia dominante, o educador é convencido de que está contribuindo com a sua parte para a construção de uma sociedade cada vez melhor. Ele não percebe os interesses de classe que estão por trás de todo o processo educativo. Também não percebe que todo o seu esforço, toda a sua dedicação, todo o seu empenho estão sendo utilizados para a reprodução da sociedade capitalista.

De posse daqueles conhecimentos, o educador poderá, então, através de variadas atividades educativas⁶ (tratamento das matérias específicas de um ponto de vista realmente crítico, grupos de estudo, orientações bibliográficas, organização de eventos, etc.), possibilitar aos educandos a apropriação desse patrimônio de modo efetivamente crítico e, com isso, possibilitar o seu engajamento consciente na luta social.

Observe-se que não basta a apropriação do patrimônio filosófico, científico e tecnológico tradicional. Este, por mais amplo e profundo que seja, está marcado pela perspectiva de classe. Por isso, não produzirá, por si mesmo, mais do que conservadores. Basta examinar o que acontece nos países onde

⁶ Sobre essas atividades educativas ver: *Atividades Educativas Emancipadoras*, de I. Tonet

a educação é tida como de excelente qualidade, como nos países nórdicos, especialmente na Finlândia. Não consta que lá ela contribua para a formação de pessoas dispostas a mudar o mundo. Isto, de modo nenhum quer dizer que ele deva ser descartado. Ele é imprescindível. Faz-se necessária, porém, uma apropriação radicalmente crítica de todo esse patrimônio tradicional e esta só pode ser feita a partir da concepção de mundo e do método científico-filosófico fundados por K. Marx⁷.

Concluindo: uma educação, geral ou mesmo predominante, emancipadora, no sentido da emancipação humana não é, hoje, possível, dado o seu controle pelo capital e pelo Estado. O que é possível? Realizar atividades educativas emancipadoras, isto é, que contribuam para a construção de uma sociedade verdadeiramente livre e humana. Pode parecer pouco, mas é preferível fazer o pouco que é possível do que buscar o impossível (educação emancipadora em sentido geral) ou, até pior, despender todas as suas energias para simplesmente reproduzir esse perverso sistema social. E, apesar de as Atividades Educativas Emancipadoras parecerem simples, exigem muito esforço e dedicação, até porque não é fácil remar contra a corrente. Além do mais, elas contribuem para um objetivo muitíssimo mais humano.

A opção é sua, educador: orientar todo o seu esforço, a sua dedicação, o seu empenho na direção de uma causa superior – a emancipação humana – ou gastar as suas energias contribuindo para a reprodução desse sistema social cada vez mais desumano. E não há neutralidade possível. A omissão, neste, como em outros casos, já é uma tomada de posição e, infelizmente, em favor da pior causa.

Bibliografia

MARX, K. *Trabalho assalariado e capital*. São Paulo, Expressão Popular, 2010

_____. *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, São Paulo, Boitempo, 2004

MARX, K. e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Hucitec, 1986

PINSKI, J e PINSKI, C. *A História da Cidadania*. São Paulo, Contexto, 2003

TONET, I. *Sobre o socialismo*. São Paulo, Instituto Lukács, 2012

_____. *Educação, cidadania e emancipação humana*. Maceió, Edufal, 2013

_____. O fim da democracia burguesa. In: ivotonet.xp3.biz

_____. *Método científico – uma abordagem ontológica*. Maceió, Coletivo Veredas, 2016

_____. Atividades educativas emancipadoras. In: ivotonet.xp3.biz

Maceió, setembro de 2018

⁷ A propósito da concepção de mundo histórico-materialista, imprescindível a leitura de *A Ideologia Alemã*, de K. Marx. E, a respeito do método científico-filosófico de Marx, sugere-se a leitura de *Método Científico – uma abordagem ontológica*, de I. Tonet.